O ESPAÇO URBANO COMO LÓCUS PARA O LAZER

Tânia Peres Oliveira

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá
tani.peres@gmail.com

Claudian Sanches Lopes

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá
claudivanlopes@gmail.com

RESUMO: Este artigo compõe parte da dissertação de mestrado que teve como foco de análise o lazer noturno em uma avenida localizada na área central da cidade de Maringá, Paraná, pensado a partir da apropriação do espaço. O conceito de lazer é complexo e sua análise perpassa por diversas áreas do conhecimento. Dentre as possibilidades investigativas contidas na temática lazer está a sua interatividade com o espaço urbano. A partir dessa perspectiva, este artigo foi elaborado tendo como objetivo destacar o espaço urbano como articulador entre as ações e práticas desenvolvidas pelo sujeito por meio do lazer humanizado. Os resultados apontam para um maior aproveitamento das praças, sendo estas apropriadas, inclusive, para a prática do lazer, com atividades desenvolvidas pela livre escolha e desvinculadas do consumo excessivo, suscitando o lúdico, a criatividade, o ócio e a interação entre grupos distintos, além de evidenciar a necessidade de se pensar em uma educação geográfica para o lazer.

Palavras-chave: Praça. Apropriação do espaço. Lazer emancipatório.

THE URBAN SPACE AS LÓCUS FOR LEISURE

ABSTRACT: The article compiles part the master's thesis that focused on nighttime leisure in an avenue located in central region Maringá city, Paraná, thought from the appropriation of space. The concept of leisure is complex, and its analysis runs through several areas of knowledge. Among the investigative possibilities contained in the theme of leisure is its interactivity with urban space. From this perspective, this article was elaborated aiming to highlight the urban space as an articulator between the actions and practices developed by the subject through humanized leisure. The results point to a greater use of the squares, being appropriate, including, for leisure practice, with activities developed by free choice and unrelated to excessive

consumption, stimulating play, creativity, leisure and interaction between different groups, besides evidencing the need to think about a geographical education for leisure.

Keywords: Square. Square space appropriation. Emancipatory leisure.

Introdução

Este artigo é fruto da dissertação de mestrado realizada por Oliveira (2017) que teve como objetivo central, caracterizar o lazer noturno em uma avenida localizada na região central da cidade de Maringá, Paraná.

Os resultados foram obtidos através de entrevistas realizadas individualmente, e que posteriormente foram transcritas e organizadas e subdividas em categorias para a análise seguindo as diretrizes de George Gaskell (2002) e Uwe Flick (2002). De forma complementar foram realizados registros de imagens que auxiliaram na análise.

A reflexão deste artigo destaca a importância de observar o caminho ao qual tem sido conduzido o lazer nas cidades e a perda da sua real função no espaço urbano entendido como potencialmente socializador. Frente ao exposto este artigo tem como finalidade evidenciar o potencial do espaço urbano como laboratório vivo articulador entre o lazer emancipatório e as pessoas.

Para tanto é necessário compreender o conceito do lazer sob o viés humanizado ao qual encontra-se associado à três termos intrinsecamente associados, sendo eles, o “tempo livre” entendido também como “tempo disponível” para o exercício do lazer; o lúdico por meio de brincadeiras, jogos e demais encontros que não se restringem apenas a crianças, mas sim, aos adultos; e o ócio, que nesta pesquisa é entendido como um momento de reflexão e contemplação pessoal.

A materialização do lazer no espaço urbano se constitui, basicamente, através de duas possibilidades. A primeira é por meio do lazer entendido como utilitário para ações que estimulem o consumo, acentuando, de forma geral, em uma divisão social de classes e segregação, tendo em vista que são espaços que nem sempre são acessíveis para todos os

habitantes. A segunda forma de entendimento de lazer é o defendido neste artigo é o lazer que promove a interação social entre pessoas distintas, que possibilita as escolhas das atividades de lazer a serem desenvolvidas dentro de espaços da cidade, promovendo ainda, a capacidade inventiva.

Frente o exposto, é possível compreender a cidade como espaço de socialização, principalmente, nos espaços públicos. Tem-se como exemplo as praças que por vezes eram utilizadas apenas como ponto de passagem, passam a ser usufruídas para encontros e práticas diversas, principalmente, nos finais de semana. Percebe-se que este é um processo ainda vagaroso e depende de estímulos educativos frente à influência constante do capitalismo.

1. Configurando o lazer

Esta pesquisa é norteada pelo conceito de lazer, todavia, ao pensar a partir das leituras realizadas, sobre as práticas do lazer, percebeu-se que muitas vezes este conceito trazia em seu bojo, uma gama de outras terminologias que necessitam ser compreendidas na tentativa de evitar, em campo, interpretações equivocadas.

Nota-se na literatura que as discussões acerca dos significados atribuídos ao “lazer”, mas também, ao “tempo livre”, ao “lúdico”, ao “ócio” ganharam destaque no período Pós-Revolução Industrial com o enfraquecimento da sociedade pautada apenas no trabalho o que, conseqüentemente, tem feito emergir valores, como o tempo livre, o lúdico, o ócio e o lazer, que tornaram elementos inclusos na nova organização social, e que por isso, necessitam de apreciação (AQUINO; MARTINS, 2007).

É importante ressaltar, neste contexto, que não é incomum tais conceitos aparecerem na literatura como sinônimos ou equivalentes, porém, para Aquino; Martins (2007), possuem diferentes sentidos e assim devem ser considerados. Inicialmente serão apresentadas as várias terminologias para que, após a compreensão destas, seja tratada a sua relação com o lazer.

A começar pelo termo tempo livre, é importante refletir que em períodos anteriores a sociedade industrial a diferença entre o tempo do trabalho e o de não-trabalho era muito pequena, já que os homens podiam definir seu próprio tempo para desenvolver suas atividades (PADILHA, 2004).

Tais características passaram por forte mudança a partir da Revolução Industrial, tendo como facilitador, posteriormente, o advento da tecnologia. Faz parte da sociedade hoje viver de acordo com os símbolos do calendário e as horas do relógio, a fim de medir as atividades em horas, minutos, segundos, dia, mês e ano (PADILHA, 2004).

Nesse sentido, o tempo na vida dos sujeitos é organizado e estruturado mediante padrões assimilados de como se deve dispor o tempo para várias atividades, assim como a valorização dada pelo sujeito quanto ao sentido do tempo diário que ele dedica a si. Neste contexto, as subjetivas e diversificadas formas de pensar, sentir e constituir o tempo, seguem as características culturais resultando na conduta do indivíduo (AQUINO; MARTINS, 2007).

Marcellino (1987), ao se referir a tempo livre, prefere utilizar o termo “tempo disponível” para se referir ao tempo destinado ao lazer. A utilização do tempo disponível, segundo autor justifica-se pelo fato de que nenhum tempo pode ser considerado totalmente livre de normas de condutas sociais.

Certamente que tempo livre no ponto de vista de seu uso, muitas vezes, aparece atrelado as disparidades estimuladas pelo capital, não se deve, entretanto, desconsiderar a capacidade lúdica das atividades exercidas neste momento. Assim, outro conceito que surge em demasia nos trabalhos referentes ao lazer é o termo lúdico.

Dentre as ressalvas o que se pretende demonstrar neste momento está no fato do lúdico, frequentemente, estar apenas vinculado à criança, assim, Ferreira (2010) sublinha o fato de o lúdico estar muitas vezes relacionado aos brinquedos e jogos utilizados pelas crianças como o objetivo de diversão. Caillois (1986) reforça essa ideia ao afirmar que o lúdico tendo como característica a forma despreziosa é que o que deixa a sociedade mais desacreditada no termo.

Outro ponto que merece destaque está no próprio vocábulo lúdico quando este alude apenas aos brinquedos, jogos e divertimento das crianças, não incluindo as várias possibilidades de manifestações culturais que retrata as tradições, os costumes e valores de um grupo social (GOMES, 2004). Macellino (2003) faz menção ao lúdico ao longo da história o relacionando diretamente com a cultura, para ele o lúdico faz-se presente na cultura histórica situada podendo levar a experiências revolucionárias, já que, permitem para além de consumir cultura, mas também criá-la e transformá-la.

Alguns autores acreditam que o lúdico é uma das molas propulsoras da sociedade, acompanhado deste termo, encontra-se também o ócio, entendido por alguns autores como momento de contemplação.

O ócio se fez presente de forma marcante na Grécia Antiga, sendo o seu exercício, privilégio apenas da classe dominante possibilitando ações que envolviam o intelecto e o aperfeiçoamento espiritual (MARINHO; PIMENTEL, 2010).

Em Roma, o *otium*, compreendido como o tempo destinado ao descanso, como forma de recuperação para o trabalho, era vivenciado por todos nos momentos de espetáculos (conhecido como a política do pão e circo) (MUNNÉ; CODINA, 1996).

A partir da Idade Média a forma de ócio popular exercido em Roma e o ócio desfrutado apenas pela elite na Grécia se alternam com o ócio que exhibe comportamentos que retratam a posição social. O nascimento do capitalismo atribuiu ao ócio um novo significado, a industrialização passa a ter um papel fundamental na subtração do tempo destinado ao ócio (MUNNÉ; CODINA, 1996).

Especificamente no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, período em que o país tentava ocupar o cargo entre as sociedades mais desenvolvidas no mundo, foi que a ideia de ociosidade passou a ser disseminada como desordem e improdutividade, levando a atos subversivos (MARCASSA, 2004).

Todavia, não se pode esquecer de outro elemento importante para o qual se deve as discussões acerca do ócio e o surgimento do tempo pós-trabalho, que foi o avanço da industrialização. Se antes o ócio era entendido como preguiça, sendo um dos incentivos para o aumento da carga horária de trabalho, conforme ressalta Munné (1980), posteriormente, o tempo para o ócio passa a ser necessário, tendo em vista a nova sociedade do consumo, e neste contexto, o ócio se transforma em bens ou serviços de diversão sendo incorporados pela indústria cultural (MUNNÉ; CODINA, 1996).

Vive-se na contemporaneidade o dilema do tempo para o ócio pautado, de um lado, na sua utilização como atributo para o desenvolvimento pessoal conforme menciona Csikszentmihalyi (2001) e no intuito de recuperação da fadiga, e de outro, o tempo para ser dedicado ao consumo (MUNNÉ; CODINA, 1996).

De qualquer forma Cuenca (2006), assinalava que antes de qualquer outro aspecto o ócio é uma experiência pessoal e complexa, centrada em ações livres que levam a satisfação, desenvolvidas com fim autônomo e ainda com efeitos tanto individuais quanto sociais.

Nesta perspectiva, o ócio passa ser entendido como um fenômeno não meramente concreto, mas sim subjetivo, com experiências intra ou interpessoais que ultrapassam o sentido de sua realização em qualquer atividade específica ou ainda, de um determinado tempo livre de obrigações (DE GRAZIA, 1966; CUENCA, 1995).

É perceptível que os termos “tempo livre”, “lúdico” e “ócio”, por si só completam uma gama de complexas possibilidades interpretativas, que hora podem ser entendidos isoladamente, hora inseridos em um conceito maior, no caso, o lazer.

Para alguns autores, o lazer tem como base de tomada de análise a modernidade, entendida também como intrinsecamente ligada ao industrialismo, ou seja, é na revolução industrial, século XIX, e conseqüentemente, na sociedade industrial que originou o lazer como tal. Tais concepções podem ser vislumbradas, principalmente, em autores como Robert Parker (1978, p. 14-15), afirmando que “[...] o advento da sociedade industrial trouxe formas características de não-trabalho, assim como, de trabalho, a partir das quais evoluíram as atuais instituições de lazer”, e Mascarenhas (2001, p.92) defendendo que o lazer é “Um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre o capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia”

Joffre Dumazedier foi um dos grandes pensadores do lazer, seus conceitos e ideias por anos se disseminaram em pesquisas e trabalhos vinculados a esta temática. Para o autor, o lazer é definido como:

Conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações familiares, profissionais e sociais (DUMAZEDIER, 2014, p. 34).

Partindo dos aportes teóricos apresentados por Dumazedier (2014) tem-se Marcellino (1987), para o qual o ócio e o tempo livre não podem ser considerados como termos contrários. Nesse sentido, o lazer se caracteriza como:

[...] a cultura-compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada [praticada ou fruída] no “tempo livre”. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. “A disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (MARCELLINO, 1987, p. 31).

De forma também a abordar o lazer imbricado em outros elementos, Gomes (2004, p. 124), apresenta-o como uma dimensão cultural construída socialmente abarcando:

Tempo, que corresponde ao usufruto do momento presente e não se limita aos períodos institucionalizados para o lazer (final de semana, férias, etc.). Espaço-lugar, que vai além do espaço físico por ser um “local” do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro (consigo, com o outro e com o mundo) e de convívio social para o lazer. Manifestações culturais, conteúdos vivenciados como fruição da cultura, seja como possibilidade de diversão, de descanso ou de desenvolvimento. Ações (ou atitude), que são fundadas no lúdico – entendido como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com a realidade (Grifos da autora).

Considerando o conceito trazido por Gomes (2004) é possível compreender que o tempo é um fator importante nas discussões que envolvem o lazer, tendo em vista que parte dos autores acreditam que o livre refere-se ao estado de libertar-se de obrigações, e assim, o lazer torna-se uma esfera dentro do tempo livre, que acaba por possuir como característica a opção e a escolha (PADILHA, 2004).

É possível pensar também que o ócio está presente nos estudos do lazer, mesmo que hora incorporado, hora suprimido pelo lazer (MARCASSA, 2002). No que tange a incorporação do ócio pelo lazer, Marinho; Pimentel (2010) acreditam que o lazer é parte constituinte de um direito social e se refere a um tempo e espaço favoráveis para a fruição da cultura, assim sendo, pode

considerar-se o ócio no momento em que esta manifestação cultural torna-se um momento de contemplação.

Não obstante, a questão lúdica se tem feito presente em várias discussões pautadas no lazer. Para Pinto (1995), o lúdico é compreendido como uma vivência do lazer, materializando uma experiência cultural, a qual é movida pelos desejos de quem está jogando e resultado no prazer. A autora garante ainda que o ato de concretizar o lúdico é “[...] renovar relações interpessoais, experiências corporais, ambientes, temporalidades e energias; é reencontrar consigo mesmo, com o que gosta e deseja [...]” (PINTO, 1995).

Desta forma, Gomes (2004, p. 125), defende a ideia de lazer como:

[...] uma dimensão da cultura constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações – especialmente com o trabalho produtivo.

Considerando os conceitos de lazer apresentados este passa a ser entendido como capaz de abarcar as potencialidades do lúdico como forma de expressão humana para além da infância perdurando ao longo da vida adulta nas possibilidades contidas no ato da recreação, no momento da reflexão proporcionado pelo ócio, além das manifestações e representações culturais como forma de realização humana no tempo disponível e/ou conquistado através das horas trabalhadas.

As representações destas características do lazer tendem a ser materializadas em espaços da cidade onde se constitui as relações sociais envolvendo conflitos, experiências, trabalho, mas também, as práticas abarcando atividades físicas e as vivências lúdicas de forma geral. Diante o exposto, um espaço para as práticas de lazer, é o espaço urbano.

2. O espaço urbano e o lazer

A ideia de lazer, bem como, a de suas práticas, encontra-se, geralmente, vinculada à cidade, por este motivo, tenta-se neste artigo, repensar a função do lazer na cidade, partindo de

uma ideia que vai além da imposição do capital, que entende o lazer como potencial de consumo alienante, e o considerando, a partir do seu aspecto integrador e humanizado. Porém, faz-se interessante iniciar esta discussão pensando, primeiramente, nos descompassos com relação ao espaço de lazer na cidade, para que posteriormente, seja ressaltada a importância de se pensar a apropriação dos espaços para prática do lazer no contexto social.

O espaço urbano é o ambiente onde habita parte significativa dos seres humanos e, conseqüentemente, os sonhos e projetos destes sujeitos. Nesse sentido o urbano deve ser qualificado para além dos aspectos físicos, considerando, as suas funções sociais. Pensando nestas funções é importante ressaltar a criação por meio de uma assembleia no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em novembro de 1933 a Carta de Atenas, definindo quatro funções da cidade, sendo elas: trabalho, habitação, circulação e ainda a recreação. Nota-se a importância da existência de espaços que fossem dignos para a apropriação durante os momentos de lazer. Este modelo de cidade moderna, considerando tais funções, perdurou durante mais de 50 anos (GARCÍAS; BERNARDI, 2008).

Em 1998 adequações foram sugeridas pelo Conselho Europeu de Urbanistas para o futuro das cidades do século XXI dando origem a Nova Carta de Atenas, aprovada apenas no ano de 2003. Nesta carta as funções sociais passaram de quatro para dez e foram consideradas como conceitos.

Para esta pesquisa é interessante destacar a cidade de caráter contínuo e a de caráter cultural. A cidade de caráter contínuo refere-se ao cuidado de preservar as tradições, a identidade do espaço, o patrimônio no que tange sua edificação, dentre outros, havendo ainda a preocupação com a manutenção de espaços abertos e verdes. Já a cidade de caráter cultural abarca os aspectos sociais e culturais aos quais permeia o urbano tendo como objetivo, além de enriquecê-los, de diversificar o espaço urbano contemplando os espaços públicos interligando a moradia, o trabalho e o transporte e o lazer, objetivando a qualidade de vida (GARCÍAS; BERNARDI, 2008).

As funções sociais da cidade englobam as funções urbanísticas, as de cidadania e as de gestão. O lazer, enquadrado nas funções urbanísticas, deve ocorrer em espaços apropriados, espaços onde seja possível a recreação:

Os espaços de recreação, do encontro, do contato social, entre os moradores do ambiente urbano, é importante para a realização integral do ser humano. São geralmente nestes contatos que nascem os relacionamentos humanos em todas as esferas, desde a familiar até as amizades, a solidariedade, o sentimento de unidade, de grupo. A universalização dos ambientes de lazer, acessíveis a todos os segmentos sociais, de acordo com suas características, costumes, tradições e necessidades, é que fazem da função lazer uma função social (GARCIAS; BERNARDI, 2008, p.12).

Nessa perspectiva é importante pensar em Lefebvre (2006) quando aponta para uma reflexão teórica sobre a cidade com a necessidade de redefinir suas formas, funções e estruturas, sejam elas políticas, econômicas, culturais, dentre outras. Não obstante ao apontando de Lefebvre (2006), Gomes (2008) analisa o lazer como fenômeno sociocultural, ao qual se manifesta nos mais variados contextos envolvendo o histórico, político e social por meio de sentidos e significados que são produzidos e também reproduzidos na dialética que se desenvolve entre os sujeitos e suas relações com o mundo.

Os fenômenos que levaram ao crescimento das cidades, tais como, o êxodo rural e as migrações que ocorreram de cidades menores para cidades tidas como polos de atração, resultaram em dois processos, denominado por Lefebvre (1999) de implosão e explosão das cidades, e acabaram também por gerar uma nova forma de vivenciar o espaço. Os polos de atração, por sua vez, não conseguiram suprir as necessidades básicas, como moradia e outros serviços urbanos, resultando em áreas de segregação, onde algumas áreas tornam-se mais interessantes para grupos sociais dominantes em virtude de sua valorização econômica do que outras (GOMES, 2008).

Outra característica relevante na segregação está na visão utilitarista do espaço, e que se torna um fator para a renovação urbana onde se altera um espaço já urbanizado e nesse processo, além da alteração da paisagem, expulsa os habitantes que ali residiam ocasionando “[...] perda das ligações afetivas entre o morador e o habitat, a diminuição dos equipamentos coletivos, o aumento do percurso casa/trabalho, enfim, favorece pequenos grupos sociais em detrimento de antigos moradores” (MARCELLINO, 1983, p. 58).

Apesar da manipulação do espaço e conseqüente acentuação das diferenças de classes não serem o foco desta pesquisa, torna-se importante ressaltar que este foi um dos motivos ocasionaram o distanciamento social entre as pessoas. Marcellino (1983) enfatiza essa ideia

asseverando que, foi justamente com o crescimento das cidades que se tornou agravante o isolamento entre os habitantes e a condição pacífica destes diante das decisões que afetam sua vida diária. Por mais que as cidades se comportem como “amontoados humanos”, ao mesmo tempo as pessoas encontram-se distantes entre si: “A proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita os contatos humanos não funcionais” (MARCELLINO, 1983, p. 59).

Seabra (2001, p. 1) também expressa sua posição quanto à nova urbanização e às alterações por ela causadas, inclusive, no que tange ao modo de viver:

A urbanização contemporânea entendida como processo de transformação qualitativa no modo de viver segue continuamente e coloca no horizonte a possibilidade de uma sociedade urbana. Nessa sociedade estariam profundamente alterados os modos de vida em relação a situações precedentes, pois o sentido da urbanização tem conduzido ao domínio da impessoalidade implicando na alteração de todos os vínculos, na sujeição do tempo, do espaço, do corpo, aos ritmos e sentidos prescritos pela lógica do mercado. Tudo se compra, tudo se vende.

Diante do exposto, o lazer cumpre um papel muito importante, pois, seu uso é capaz de agravar uma situação de segregação, já que, possui um viés de interesse econômico. Nesta perspectiva, “[...] o lazer é visto como elemento de reforço, e não de reação à alienação do homem contemporâneo; e mais ainda, como uma rentável fonte de bens e serviços a serem consumidos para alimentar o mercado, sofrendo assim elevados graus de imposição” (MARCELLINO, 1983, p. 13).

A fala de Marcellino se enquadra perfeitamente no relato de Santos (2007) e a crítica quanto ao lazer pago. Para o autor, a cidade pode ser apreendida como um lazer pago, onde a população é inserida no mundo do consumo: “Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários a sua proteção” (SANTOS, 2007, p. 62). Dessa forma, quem não possui condições de pagar pela água, pelo estádio, piscina, etc., não pode usufruir desses bens que deveriam ser públicos por se tratar de

bens essenciais (SANTOS, 2007). Alguns exemplos clássicos neste processo de estímulo ao consumo e segregação podem ser mencionados.

Um das maiores e mais claras referências que se têm sobre os centros comerciais para consumo são os shoppings centers, que implantados no Brasil na década de 1960 “[...] criaram um novo tempo social e um novo universo de fantasia e consumo. Assim, padronizam-se no Brasil como “símbolos onipresentes de poder”” (PADILHA, 2006, p. 53). No que concerne ao interesse na apropriação destes espaços por parte dos sujeitos, é importante destacar a sensação de pertencimento que pode estar relacionada ao espaço propriamente dito, ou ainda, às pessoas que por ali circulam. Outra questão importante na apropriação dos shoppings foi constatada por Padilha (2003). Segundo ela, estes espaços em sua maioria não servem apenas como espaços de consumo, mas sim, como espaços de ostentação, do exibicionismo.

Além dos shoppings que tem reconfigurado o espaço da cidade e ainda a compreensão a cerca do lazer existe, e com presença marcante, o consumo em estabelecimentos como, restaurantes, bares e casas noturnas. Se por um lado, os investidores do segmento alimentício de lazer têm apostado em diversas estratégias de atratividade, seja para o público em geral ou específico, e/ou ainda, como assinala Gimenes (2004) explorando as especificidades culturais regionais, por outro lado, o lazer voltado para a gastronomia tem sido fomentado pela própria população consumidora que busca, freneticamente, estabelecimentos diferenciados para o consumo de alimentos (BARRAL, 2012).

Nos bares e casas noturnas acredita-se que nas sociedades ocidentais contemporâneas, o hábito do consumo transcende à satisfação proporcionada pelo ato de consumir, ou seja, ligadas às características objetivas e sua relação com o objeto e se associa ao consumo dito simbólico, valor conferido culturalmente a um dado objeto.

Outra observação feita por Gimenes (2004, p. 78) é a de que a socialização nos bares e casas noturnas, nem sempre ocorre de maneira plena com outros frequentadores, no entanto, pode significar uma possibilidade de encontro de pessoas que possuem características ou perfis semelhantes. A autora segue firmando que:

É necessário enfatizar, contudo, que embora a sociabilidade estabeleça uma igualdade forjada entre os envolvidos, deixando temporariamente suspensas as características objetivas de cada um, bares e casas noturnas são espaços de lazer privado. Mesmo sendo o lazer resultado de uma livre escolha, ele também é marcado por condicionamentos socioeconômicos que interferem diretamente no acesso a estabelecimentos comerciais como bares e casas noturnas, e terminam por influenciar o perfil dos frequentadores (GIMENES, 2004, p. 78).

Esta influência articulada ao perfil dos frequentadores está relacionada também a imposição de uma normatização, assim, é importante destacar que os estabelecimentos privados são cercados de regras e condutas, muitas vezes, destacados e espalhados no espaço, determinando assim, o comportamento dos sujeitos em seu momento de lazer.

3. Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram realizadas quinze entrevistas com usuários dos estabelecimentos comerciais, mas também, com frequentadores das praças que contemplam a avenida em questão (figura 1).

Figura 1 - Avenida Tiradentes, 2016.
Fonte: ITCG, 2006.

As entrevistas seguiram um roteiro com perguntas abertas direcionadas para informações quanto ao significado da palavra lazer, bem como, a sua importância, e ainda para obtenção de informações referentes à percepção dos próprios usuários em relação ao espaço em que estavam naquele exato momento. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise.

Como forma de direcionamento das entrevistas optou-se pela entrevista individual de profundidade, e individual do tipo episódica seguindo as diretrizes de George Gaskell (2002) e Uwe Flick (2002). A análise destas entrevistas foi embasada na análise do conteúdo.

A realização de observação não invasiva foi necessária para a compreensão da dinâmica dos espaços estudados, além disso, foram realizados o registro das imagens através de fotografias.

4. Resultados

Através das observações realizadas nos estabelecimentos comerciais na área estudada, principalmente nos bares e restaurantes, observou-se que, em virtude de sua localização central, mas também do modo de organização das mesas e cadeiras, dos quadros que decoravam ambiente, o comportamento dos funcionários, dentre outros fatores subjetivos, interferia de forma direta no comportamento e na forma de vivência do lazer.

O tom de voz e os risos de crianças eram controlados por pais e mães sob o olhar de trabalhadores do local, as vestimentas elegantes traduziam o requinte dos estabelecimentos não sendo desejados, os trajes despojados. A quantidade e disposição de cadeiras nas mesas indicavam onde casais ou famílias deveriam se sentar, além do cardápio oferecido que, conseqüentemente, segmentava os frequentadores dos diversos estabelecimentos. Estes, dentre outros pontos que poderiam ser destacados, levam a acreditar que o lazer em sua forma humanizada torna-se dificultado pelas normatizações e padronizações nos espaços privados de consumo.

Mesmo não desconsiderando o fato de que por meio das conversas e risos o lúdico possa ser desenvolvido e que estes espaços possuem um valor simbólico para os que o frequentam, é importante destacar que os bares e restaurantes analisados na investigação não estimulam o lazer defendido neste artigo, pois, exigem a necessidade do consumo, restringindo as pessoas a espaços e comportamentos que dificultam a interação entre outros grupos, limitando o desenvolvimento do lúdico, da capacidade criativa e do desenvolvimento da cultura, ao passo que estimula o hábito de consumo.

Nesse contexto, é necessário e emergencial pensar o lazer também pela sua capacidade tanto de socialização, quanto de libertação da alienação, evidenciando seu potencial de vivência como forma de expressão humana (MARCELLINO, 1983).

Para Polato (2003):

[...] o lazer, abordado a partir da realidade em que ele está posto e de sua articulação com esta realidade, deve ser concebido como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais sendo, ele mesmo, forma específica de relação social, um espaço de qualificação humana, ou seja, de desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas (POLATO, 2003, p.141).

Novamente, faz-se pertinente uma reflexão articulada quanto ao lazer, o tempo e o espaço, como lócus das relações humanas. As relações sociais são concretizadas a partir do lugar com tempo determinado para a ação e é nesse contexto que o espaço e o tempo surgem por intermédio da ação humana de forma inseparável, uma ação que se concretiza como modo de apropriação para a reprodução da vida indo além do mundo do trabalho, produção de objetos, mercadorias e/ou produtos, se tornando a produção da humanidade pelo próprio homem (CARLOS, 2001).

Dentre as necessidades sociais com fundo antropológico Lefebvre (2006, p. 103-104), cita com propriedade que:

O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num “mundo”. A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da

necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas.

Ainda segundo Lefebvre (2006, p. 104):

Através dessas necessidades específicas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e momentos, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos. Enfim, a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui se isolar e abrir os horizontes.

Mediante Lefebvre (2006), torna-se possível apreender o espaço urbano trazido por Gomes (2008), como um espaço de oportunidade de convívio social com a devida dignidade, e também, da festividade lúdica.

Não obstante, compreender o urbano como possibilidade para as práticas de lazer requer um olhar direcionado para os diversos espaços nos quais o lazer se faz presente, sejam eles locais específicos designados para o lazer, ou apropriados pela escolha da própria população para tal prática.

A apropriação dos espaços públicos é importante na medida em que auxilia no processo de tomada de consciência de que o sujeito passa a ter seu lugar no espaço urbano e a partir disso realizar uma leitura de si mesmo, das diferenças e até das injustiças, e nesse contexto o lazer tem a sua importância, pois, toma-se como perspectiva motivacional para as visitas a esses espaços. Trata-se, para Sobarzo (2006), de compreender as potencialidades na escala do espaço urbano a partir da apropriação, de forma cotidiana, dos espaços públicos.

Para além disso, através da pesquisa realizada, foi possível constatar que os espaços públicos, tais como as praças, possuem, por meio de sua organização espacial e seus componentes físicos, a capacidade de influenciar tanto na atração de seus usuários como no tempo de permanência dos mesmos.

A percepção de liberdade apontada pelos frequentadores da Praça da Catedral, ou seja, a inexistência de imposições comportamentais rígidas leva a diversas formas de vivência de lazer, podendo variar entre o simples andar de bicicleta, ler um livro, ouvir músicas, realizar piqueniques, passear com os cães, brincadeiras clássicas entre as crianças, até a reunião de grupos

de acordo com características afins, sejam elas de ordem racial, orientação sexual, ou de outra ordem.

A estrutura da praça, seus componentes e sua organização, somado ao maior tempo de permanência e diversidade das práticas de lazer que não são estimuladas pelo consumo, mas sim pela criatividade, levam em alguns momentos, a grupos distintos interagirem entre si, tornando o espaço dinâmico e rico no que concernem às relações sociais, além das possibilidades de subversões, para aqueles que se encontram fora dos padrões sociais tidos como “normais”.

A partir desta constatação, pensar em estímulos à apropriação dos espaços públicos para um lazer libertador não se desenha como utopia, mas sim como uma realidade. Através da livre escolha das práticas de lazer desenvolvidas nestes espaços o lúdico e o ócio se expressam como forma de realização humana e desenvolvimento social a partir do lazer humanizado.

Diante o exposto torna-se pertinente a fala de Gomes (2008) deixando claro que mesmo considerando que o lazer na sociedade contemporânea é tido como “lazer de mercadoria” ressaltando as práticas efêmeras, alienantes, consumistas e ainda desconectadas da dinâmica social, as experiências voltadas para uma vertente crítica e que estimule a criatividade no lazer buscam resistir à lógica de exclusão pregada pelo capital, colocando a mostra os problemas do lazer capitalista, ao passo que, evidencia novas possibilidades de lazer alicerçadas em outros princípios e na ética.

Considerações finais

A compreensão do lazer na contemporaneidade é comumente associada às atividades turísticas ou demais práticas que encontram-se diretamente vinculada ao exercício do consumo. Tal referência pode ser observada através da multiplicidade de bares, restaurantes, casas noturnas, shoppings dentre outros centros comerciais que se materializam no espaço urbano, ou até em áreas rurais como chácaras e clubes de lazer, que por meio de constantes adaptações trazendo inovações e utilização maciça da propaganda midiática, estimulam pessoas a uma busca permanente por novidades, resultando em uma alienação ao consumo e intensificando o individualismo.

Diante da alienação motivada por agentes vinculados a geração de capital, tem-se uma perda da real função do lazer, na qual as horas conquistadas, por meio do trabalho ou de outras obrigações, são gastas pelos sujeitos na aquisição de bens e serviços sem qualquer reflexão acerca do bem estar e crescimento pessoal.

Surge então a emergência de se refletir sobre possibilidades que levem os sujeitos a vivenciarem o lazer em sua plenitude, possibilitando o desenvolvimento de práticas de lazer que desenvolvam as capacidades do lúdico, as potencialidades da recreação, que estimulem a criatividade e que considere no ócio, um momento de contemplação pessoal.

O espaço urbano, nesse contexto, pode ser traduzido como facilitador destas ações já que abarca uma multiplicidade de pessoas e grupos distintos, espaços públicos que perpassam as praças e parques chegando até a própria rua e calçadas servindo de lócus para ações pessoais ou comunitárias de lazer. Conquanto, paralelamente, constata-se a urgência de uma educação geográfica para o lazer, que levem a reflexões teóricas e questões práticas pensando no maior usufruto dos espaços públicos da cidade.

Referências

AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v.2, n.2, set. 2007. Disponível em <http://www.ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/4ocio_lazer_e_temp_o_livre_na_sociedade_do_consumo_e_do_trabalho_22.pdf>. Acesso em 02 mar. 2016.

BARRAL, G. L. L. **Os bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília**, 2012. 233 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2012

CAILLOIS, R. **Los juegos y los hombres: la máscara y el vertigo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, 337p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/136919183/roger-caillois-los-juegos-y-los-hombres-pdf#scribd>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.

CUENCA, M. **Temas de pedagogía del ocio**. Bilbao, España: Universidad de Deusto, 1995.

_____. Introdução. In: CUENCA, M. (Org.). Aproximación multidisciplinar a los Estudios de Ocio. **Documentos de Estudios de Ocio**, n.31. Bilbao: Universidad de Deusto, 2006, p. 11-18. Disponível em <<http://www.deusto-publicaciones.es/deusto/pdfs/ocio/ocio31.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

CSIKSZENTMIHALYI, M. Ócio y creatividad en el desarrollo humano. In:____.; CUENCA, M.; BUARQUE, C.; et al. (Org). **Documentos de Estudios de Ocio**, n.18, Bilbao: Universidad de Deusto, 2001, p 17-32.

DE GRAZIA, S. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madrid: Tecnos. 1966. 459 p.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999. 244 p.

_____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2014. 333 p.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIAS, M, C.; BERNARDI, J. L. As funções sociais da cidade. **Revista Direitos Fundamentais e democracia**. Curitiba. v.4. 2008. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/viewFile/48/47>> . Acesso em: 27 abr. 2016.

GIMENES, M.H.S.G. Bares e casas noturnas: um estudo exploratório sobre consumo e sociedade. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.15, n.1, maio. 2004. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rta/article/view/63688>. Acesso em: 09 dez. 2016.

GOMES, C. L. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2004

_____. Lazer urbano, contemporaneidade e educação das sensibilidades. **Revista Intinerarium**. v. 1. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium/article/viewFile/204/189>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

LEFEBVRE, H. **Revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178 p.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em 19 abr. 2016.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

MARCASSA, L. **A invenção do lazer**: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935). 2002. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2002

_____. Recreação. In: GOMES. C. L. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica. 2004, p. 196-203 Disponível em: <<http://documents.tips/documents/dicionario-critico-do-lazer.html>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas: Editora Papirus, 1983. 83 p.

_____. **Lazer e educação**. Campinas, SP: Papirus, 1987. 164 p.

_____. Lúdico e lazer . In: _____. **Lúdico, educação e educação física**. 2 ed. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2003. p. 13-32.

MARINHO, A.; PIMENTEL, G. G. A. Dos clássicos aos contemporâneos: revendo e conhecendo importantes categorias referentes às teorias do lazer. In: PIMENTEL, G. G. A. (Org). **Teorias do Lazer**. Maringá, PR: Eduem, 2010. p. 11-41.

MASCARENHAS, F. **Lazer e trabalho**: liberdade ainda tardia. In: Seminário “O Lazer em Debate”. Belo Horizonte. Coletânea. Belo Horizonte: Imprensa Universitária/CELAR/DEF/UFMG, 2001.

MUNNÉ, F. **Psicossociologia del tiempo libre**: um enfoque crítico. México: Trilas, 1980. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Nuria_Codina/publication/257766145_Psicologia_Social_d_el_ocio_y_el_tiempo_libre/links/00b7d525d5643621e4000000.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2016.

_____; CODINA, N. Psicología social del ocio y el tiempo libre. In: ÁLVARO,J.L; GARRIDO, A.; TORREGROSA, J. R. (Org). **Psicología social aplicada**. Madrid: Mc Graw-hill Interamericana de España. 1996, p. 430-447 Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/257766145_Psicologia_Social_del_ocio_y_el_tiempo_libre>. Acesso em: 04 mar. 2016

OLIVEIRA. T. P. **A outra face**: uma representação sobre o lazer noturno na Avenida Tiradentes em Maringá, PR. (2017). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá – PR. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000226869>. Acesso em: 24 nov. 2017.

PADILHA,V. **Shopping Center**: a cathedral das mercadorias e do lazer retificado. 2003. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003

PADILHA, V. GOMES. C. L. Tempo livre In: GOMES, C. L. (Org) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica. 2004, p. 218 - 222. Disponível em: <http://documents.tips/documents/dicionario-critico-do-lazer.html>. Acesso em: 06 mar. 2016.

PARKER, S. R.. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 184p.

PIMENTEL, G. G. A. **Teorias do Lazer**. Maringá, PR: Eduem, 2010. 206 p.

PINTO, L. M. S. M. Lazer: *Vivência Privilegiada do Lúdico*. In: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Org) **O Lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas**. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995. p. 18-26.

POLATO, T. H. P. Lazer e trabalho: algumas reflexões a partir da ontologia do ser social. **Revista Motrivivência**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 20-21, mar./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/viewFile/917/4147>> Acesso em: 24 abr. 2016.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, 170p. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/205633471/SANTOS-Milton-O-espaco-do-cidadao#scribd>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. **Memória, cidade e paisagem**. São Paulo, 2001

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **Revista GEOSP – Espaço e Tempo**. São Paulo. n. 19, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/viewFile/73992/77651>>. Acesso em 01 jun. 2016.

Enviado em: 03/12/2017

Aceito em: 28/06/2018